

# VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 132 - Março de 1977 - Crs. 1,00

**Entrevista**  
**com Gregório**  
**Bezerra**  
**PCB (pags 5)**

## Editorial

### Prestes aos democratas no 55º Aniversário do PCB

# «Chegou a hora de lutarmos juntos pela liberdade»

O Partido Comunista Brasileiro comemora, em 25 de março, o 55º aniversário de sua fundação. São 55 anos de árduas lutas pela liberdade e pelos interesses dos trabalhadores, sempre sob os golpes da repressão policial, que já numerosas vezes proclamou o total desaparecimento de nossa organização. Na verdade, porém, após cada campanha impiedosa contra os comunistas, nosso Partido sempre ressurgiu mais forte, mais numeroso e mais experimentado do que antes do golpe supostamente mortal. E' sem receio de errar que afirmo, neste aniversário do PCB, que jamais foi tão grande a influência e o prestígio dos comunistas em nosso País.

E nesta oportunidade que me dirijo a todos os patriotas e democratas, chamando-os à organização, à unidade e à ação — à resistência, à oposição e à luta contra o atual regime militar-fascista que oprime a nosso povo e entrega a nação à exploração dos monopólios nacionais e estrangeiros. Dirijo-me a todos os patriotas e democratas, acima e independentemente de seus pontos-de-vista políticos, religiosos ou filosóficos. Tanto civis quanto militares. Conhecemos em nossa própria carne, no assassinio de queridos companheiros, a participação que em semelhantes crimes tiveram, e ainda têm, numerosos militares. Mas estou seguro de que a maioria dos militares é constituída de democratas que se sentem humilhados com semelhante situação, é constituída de patriotas que se sentem indignados com a política de entrega das riquezas da nação às empresas multinacionais e de submissão da soberania nacional aos governantes de Washington. Dirijo-me igualmente aos patriotas e democratas que participam das fileiras da ARENA, cujas aspirações têm sido tão clara e veemente expostas por alguns de seus dirigentes, como por exemplo o senador Teotônio Vilela, e a todos apelo à unidade e à ação contra o atual regime. São passados 13 anos do golpe militar de 1964, cujas promessas de democracia e de pro-

gresso desaparecem como bolhas de sabão.

Mas dirijo-me principalmente a todos os trabalhadores, às heroicas mulheres que sentem em seus lares e na fome de seus filhos as dolorosas consequências da carestia da vida, e ainda, com destaque, à juventude brasileira, vítima maior de um regime que lhe nega a instrução e a aquisição de uma profissão, que tudo faz para marginalizá-la da atividade política e aponta-lhe um futuro negro, de falta de trabalho e de escravidão total aos exploradores estrangeiros.

Chegou a hora de pôr um fim a tantos anos de crimes, de silêncio para o povo, para os intelectuais e artistas perseguidos pela censura. Chegou a hora de todos juntos lutarmos pela anistia, pela reconciliação nacional da maioria esmagadora da nação, com base na liberdade, no direito de greve, de livre organização e autonomia sindical para os trabalhadores, no direito de livre organização de partidos políticos, inclusive do Partido Comunista, que representa uma parcela considerável da população. A participação dos comunistas na vida política é um fato que o próprio governo não pode negar. Fala-se de «infiltração», mas o que os comunistas reclamam é o direito de atividade aberta e legal. A luta pela democracia é para nós, socialistas, uma questão de princípio. Não somos partidários de aventuras nem revanchistas. O anticomunismo já é agora, no mundo inteiro, um anacronismo. Desde as grandes potências, até as democracias de nosso Continente, até Portugal livre do fascismo e os países emergentes, inclusive as antigas colônias do salazarismo, admitem todos a existência na vida política de partidos marxistas-leninistas da classe operária.

Unamo-nos pois, e unidos lutemos pela liberdade, pela paz em nossa terra e no mundo inteiro, e pelo verdadeiro progresso da Pátria brasileira, efetivamente livre e soberana.

Luiz Carlos Prestes

Jornais publicam. VO comenta

# A força política de um Manifesto

«Inteliz é o povo que precisa de heróis». A esta frase histórica de Brecht, o intelectual-símbolo da luta contra o fascismo alemão, a realidade brasileira dos dias complexos em que vivemos poderia acrescentar algo que muito lhe concerne: e feliz é aquele cuja cultura não se rende diante da opressão e do terror.

Mil e quarenta e seis assinaturas. Escritores, professores, jornalistas, homens e mulheres do cinema, do teatro, da nossa música popular, todos em uma só voz: «*Nós, para quem a liberdade de expressão é essencial, não podemos ser continuamente silenciados. O nosso amadouramento há de equivar ao silêncio do próprio Brasil e à sua inequívoca conversão em país que muito pouco terá a dizer brevemente (...). Os desejos de um País não são apenas determinados pelos seus governantes. É preciso consultar constantemente o povo, permitir que, em seu nome, seus artistas possam se expressar.*»

Para o conjunto das forças democráticas da Nação, este documento e sua repercussão oferecem ensinamentos muito importantes e que destacam, antes de tudo, a certeza de estar na luta de massas o caminho correto para o fim do regime fascista em que vivemos.

O mais importante, sem dúvida, é o que emana da sequência de atitudes adotadas pelo truculento Falcão diante do episódio. De início, encarregou um de seus moços-de-recado de barrar a entrada da comissão encarregada de lhe entregar pessoalmente o documento dos intelectuais protestando contra a censura. Mas a insolência do ministro — já conhecido na imprensa como o «nada tenho a declarar», em função de seu desprezo pela opinião pública nacional — não resistiu muito tempo. Uma semana depois, e-

le foi obrigado a ocupar o horário nobre da televisão para se explicar diante do povo que nunca tomou em conta.

Crise de consciência? Desejo de diálogo? Nada disso. Armando Falcão foi o portavoz de um regime colocado, momentaneamente, na defensiva diante da amplitude de um movimento político cuja expressão naquele instante — o manifesto dos intelectuais — era uma das formas que pode assumir a luta de massas justa, a luta de massas organizada em torno de uma reivindicação que expressava os interesses da Nação em sua quase totalidade. A liberdade de expressão se inscreve hoje no conjunto de questões mais prementes do povo brasileiro, na medida em que é uma parte importante da luta pelo fim do regime de terror e desigualdades sociais cada vez mais evidentes. É uma parte da luta pela vigência plena das liberdades democráticas, pela melhoria das condições materiais e espirituais da vida do nosso povo, e, principalmente, da classe operária.

Armando Falcão foi obrigado a reconhecer uma legalidade que ele, na sua concepção de governante fascista, não pode aceitar, mas que lhe foi imposta pela mobilização organizada das mais diferentes áreas políticas e ideológicas do pensamento cultural brasileiro.

E o que é válido para este setor, é também para o conjunto de forças democráticas: a unidade e a organização em torno de palavras-de-ordem justas, mobilizadoras e condizentes com as aspirações mais sentidas da Nação.

Não é por acaso que, no mesmo dia em que os jornais divulgavam a nota que o ministro lera na televisão, os empresários de S. Paulo encaminhavam um manifesto a Geisel

exigindo o fim do «regime espúrio» atual e tecendo louvores às vantagens da estabilidade de um regime democrático.

Este amor repentino que os empresários paulistas mostram pela democracia pode ser até mesmo a concepção honesta de alguns deles. Mas não é certamente a do presidente da entidade patronal, Papa Jr. (também conhecido em S. Paulo como Zizinho QBAN) que, em entrevista concedida a uma revista no mês de dezembro, justificava a repressão terrorista com uma frase simples: «estamos em guerra». A única guerra que existe no Brasil é a que coloca de um lado a grande burguesia monopolista, e, do outro, a classe operária, os camponeses, os pequenos e médios empresários, a intelectualidade como quase um todo. Ou, em outro plano, a guerra entre a ditadura e as forças democráticas.

Mas os dias complexos de hoje obrigam os homens que estimularam e financiaram o terror policial a repensarem seu projeto político. Eles sentem as pressões latentes no conjunto da sociedade, e jogam para que esta não se organize em torno de seus núcleos mais consequentemente democráticos. Seu objetivo é manter a iniciativa num processo de reformas políticas que se impõe a cada dia.

Diante de tal quadro, às forças democráticas não cabe outra saída que a vislumbrada no manifesto dos intelectuais. E que já havia mostrado sua força por ocasião da morte dos presidentes Juscelino e Jango, assim como no assassinato do jornalista Wladimir Herzog. *É na mobilização permanente das massas em torno das questões mais sentidas do povo brasileiro que encontraremos comunistas e os democratas em geral o caminho do estabelecimento de um clima de paz, democracia e progresso social para toda a Nação.*

M. Silva

## Emiliano Di Cavalcanti [1897-1976]

No dia 26 de outubro de 1976, no Rio, aos 79 anos de idade, faleceu Emiliano Di Cavalcanti. Por força das duras condições de luta clandestina que lhe são impostas pela ditadura, o PCB não pôde prestar ao grande pintor, orgulho do nosso povo, as homenagens que ele merecia. Desde os tempos da Semana de Arte Moderna, de 1922, Di Cavalcanti participou com inegável destaque da vida cultural brasileira. Através de seus desenhos e de sua pintura, ele contribuiu decisivamente para que nós, brasileiros, enriquecêssemos a imagem que tínhamos de nós mesmos, da nossa gente, da nossa realidade nacional. As profundas raízes nacionais da sua sensibilidade permitiram a Di Cavalcanti assimilar com grande desembaraço modos de expressão criados por Picasso e ou-

tros mestres europeus, sem que sua obra se descaracterizasse num «cosmopolitismo» vazio e superficial. Acreditamos que, com o tempo, que filtra a obra dos artistas e define os autênticos valores estéticos obscurecidos por «modismos» confusionalistas, a significação da arte de Di Cavalcanti será, afinal, amplamente reconhecida: seu nome aparecerá nas histórias da arte brasileira ao lado dos nomes de Castro Alves e Lima Barreto, do Aleijadinho e de Portinari, de Ville-Lobos e da Pixinguinha, de Mário de Andrade e de Graciliano Ramos. Então, os admiradores da sua obra recordarão também sua vida, e todos se lembrarão de que esse baluarte do realismo foi também um corajoso democrata: ao mesmo tempo em que, na sua pintura, Di Cavalcanti combatia o conservadorismo dos

acadêmicos e a frivolidade dos formalistas, nos seus numerosos escritos e nas suas tomadas de posição públicas como cidadão ele se colocava sempre ao lado do povo, contra a prepotência dos poderosos. Durante os anos trinta, Di Cavalcanti apoiou resolutamente a frente popular antifascista, na França, onde se achava. Em 1945, ele aplaudiu a legalidade conquistada pelo PCB. Em 1960, ele participou ativamente da campanha em prol da candidatura nacionalista do Marechal Lott. E, no final de sua vida, gravemente doente, ele ainda encontrou forças para manifestar por escrito todo o seu asco e a sua revolta diante do regime implantado no Brasil a partir de 1964.

Nação

## Oposição popular deve impor sua participação legal no debate político nacional

Já não se pode negar hoje o processo lento, porém permanente, de perda de substância do regime ditatorial que nos oprime. A crise transcendendo o aspecto econômico, e aparece também como política, ideológica, e mesmo moral. As contradições se aguçam e já não faltam os que defendem o «mudar um pouco para manter tudo na mesma». E' em tal quadro que se dá a demissão de Severo Gomes. Diante disto, que posição deve assumir a oposição? O PCB tem a sua proposta para o conjunto de forças democráticas. Uma proposta cujo eixo principal é a unidade e a mobilização de todos aqueles que se interessam em abater o fascismo e estabelecer um clima de paz, democracia e progresso social. Unidade e mobilização que se devem dar às claras porque são do interesse da grande maioria do nosso povo e, portanto, capazes de impor a sua própria legalidade.

A intensidade da crise atualmente vivida pela ditadura militar-fascista — uma crise que, transcendendo o aspecto econômico, aparece hoje como crise também política, ideológica e mesmo moral — anuncia um período de transformações políticas em nosso País. Os órgãos da imprensa brasileira, malgrado as conhecidas limitações da censura e da autocensura, vêm registrando diariamente as múltiplas sugestões e propostas com que os políticos, do governo e da oposição parlamentar, tentam encaminhar o processo da chamada «reforma política», anunciada no discurso de fim de ano do Presidente Geisel.

Essa liberação da «imaginação criadora» dos políticos se processa decerto no quadro de mais uma tentativa de manobra da ditadura: tolerando um debate que lhe foi imposto sobre a «reforma política», mas mantendo-o nos estreitos limites da chamada «legalidade revolucionária» e deixando sempre claro que a palavra final caberá ao ditador de plantão, o «sistema» busca ampliar sua área de consenso entre os setores da oposição liberal, num momento em que o desastroso colapso do «milagre econômico» reduz a base social da ditadura aos seus limites mais estreitos desde 1964. Esse debate, até agora restrito a personalidades individuais dos partidos tolerados, cria a falsa aparência de um clima de liberdade de opinião, e não há dúvida que o regime tentará utilizar essa aparência com a finalidade mistificatória de apresentar as «reformas» que venha a decretar como resultado de um democrático intercâmbio de posições.

Mas o aprendiz de feiticeiro pode se revelar incapaz de controlar em seu benefício as forças que «libertou». O debate, mesmo restrito, tem revelado um consenso quase unânime: o de que se torna inadiável uma «mudança de rumo» nas diretrizes políticas e econômicas do regime, o que indica claramente a debilidade política em que hoje se encontra a ditadura. Talyrand disse certa feita, com humor e lucidez, que com as

baionetas se pode fazer tudo, menos sentar-se em cima. Se a ditadura ignorar completamente o mal-estar que o atual debate revela, impondo mais uma vez «pelo alto» soluções prontas e acabadas (e soluções regressivas como a mudança do calendário eleitoral ou a imposição de eleições indiretas para governadores e senadores), ver-se-á diante da difícil e dolorosa obrigação de sentar-se sobre as baionetas, ou, para falarmos mais elegantemente, de continuar governando sem consenso.

Para os Falcão, os Fleury ou os Erasmo Dias, uma situação desse tipo pode até não ser desagradável: eles supõem que a intensificação dos mecanismos repressivos, da censura e da tortura, podem substituir o consenso, deixando imperturbado o domínio dos monopólios sobre o povo brasileiro. Todavia, no próprio seio do «sistema», há os que conhecem não apenas a lição de Talyrand, mas também a do velho político mineiro que, antes da Revolução de 30, instava as classes dirigentes a fazerem a Revolução antes que o povo a fizesse.

E' assim que o Ministro Severo Gomes, ao insistir numa maior participação dos empresários e dos trabalhadores na vida política do país, justifica sua posição «democrática» do seguinte modo: «A distribuição da renda faz com que os trabalhadores deixem de pensar no futuro como forma revolucionária e destruidora das instituições, para pensar no aperfeiçoamento das já existentes» (Jornal do Brasil, 25/1/1977).

Sem alimentar ilusões, a oposição democrática não pode deixar de levar em conta — para utilizá-las num sentido patriótico e antifascista — essas «brechas» na ditadura. Se, devido às suas dificuldades e contradições, o governo se vê obrigado a recorrer a uma demagogia «democrática» (permitindo aquele «pluralismo pervertido» a que se referiu o sociólogo F.H. Cardoso), cabe às forças da oposição introduzirem-se nesse debate sobre a reforma política, forçando-o a transformar-se num efetivo debate de massa. Não apenas os parlamentares da ARENA ou do M-

DB, mas todo o povo brasileiro deve encaminhar e tornar conhecidas suas próprias soluções para o impasse político atual. Os sindicatos operários, as associações profissionais, os organismos estudantis, as entidades religiosas, personalidades independentes, todos devem apresentar propostas concretas de reforma política. Propostas que, escapando às tentações da utopia (isto é, levando em conta a atual correlação de forças), mas sem cair no realismo mesquinho dos que não querem mudar nada, coloquem claramente a questão da substituição das leis fascistas por uma legislação concretamente democrática.

O Partido Comunista Brasileiro tem sua própria proposta política para derrotar a ditadura, articulada em torno da plataforma de uma frente unitária antifascista e patriótica, capaz de congregiar todos os democratas. (Cf. a Resolução Política do Comitê Central, de novembro de 1973). Entendemos essa frente como o amplo leito no qual desembocam as reivindicações patrióticas e democráticas de todos os brasileiros prejudicados pelo sistema de dominação fascista, pelo seu caráter antinacional e antidemocrático. Acreditamos que dela fazem parte, sem necessidade de acordos ou adesões formais, todos os que se batem pela conquista das liberdades públicas, dos direitos e garantias individuais, das liberdades sindicais, da realização de eleições diretas para todos os cargos eletivos, pela revogação do AI-5 e do Decreto-Lei 477, em suma, pela supressão da legislação fascista em geral.

Mas o PCB não considera suas propostas como algo pronto e acabado; acredita que elas podem e devem ser enriquecidas pelas sugestões oriundas das várias organizações ou personalidades que representem efetivamente o movimento das massas. Estamos convencidos de que somente por meio de um amplo debate unitário, do qual participem sem limitações prévias todas as forças vivas da nação e do povo brasileiro, será possível encontrar não apenas as melhores propostas, mas também o meio e as formas de torná-las efetivas.

Estamos atravessando um período difícil, mas rico de possibilidades. Acossada pela crise que a corrói, a ditadura ainda tem forças para contra-atacar, para tentar se manter através de um recrudescimento da repressão. Contra essa alternativa, a única resposta é a unidade do povo: uma unidade que se constrói na pluralidade de suas orientações políticas, ideológicas e religiosas, na diversidade de suas origens sociais e de seus interesses econômicos. O único requisito para essa unidade é a disposição de abater o fascismo e suas seqüelas antinacionais e antipopulares.

A oposição democrática deve se valer das dificuldades da ditadura para sair à superfície. Nesse sentido, os comunistas convocam todas as forças representativas do povo brasileiro a apresentarem suas propostas de reforma política, a transformarem o limitado debate «tolerado» pela ditadura num autêntico diálogo do povo em busca das soluções mais unitárias e, por isso mesmo, mais avançadas e democráticas.

Joelmar Teixeira

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERARIA

## Agricultura

# UMA PROPOSTA PARA O CAMPO

Alta da taxa de inflação corroendo ainda mais o poder aquisitivo dos salários, escassez de alguns gêneros de primeira necessidade (como o feijão), entreguismo cada vez mais abrangente e acelerado de nossas riquezas ao capital estrangeiro como compensação ao quase catastrófico nível da dívida externa, corrupção e especulação financeira, estas são algumas das características atuais do modelo econômico da ditadura fascista. E dentro deste contexto, pode-se afirmar que a busca democrática de medidas econômicas alternativas apresenta-se hoje como um elemento fundamental na mobilização de amplos setores populares para consolidar e ampliar a unidade das forças democráticas e antimperialistas no Brasil.

Um dos elementos importantes desta mudança de rumo da economia, e que deve merecer uma atenção especial por parte do PCB e de todas as forças antifascistas e patrióticas, é, sem dúvida, aquele referente à agricultura, aos problemas agrários. Tal importância vem sendo ressaltada pelos próprios acontecimentos. Por um lado, as manifestações frequentes de conflitos sociais com assassinatos de camponeses, ou dos que lhes são solidários (como foi o caso do Padre Burnier, em Mato Grosso).

Por outro lado, a agricultura pode ser considerada como um dos setores prioritários dentro da estratégia econômica traçada pelos tecnocratas da ditadura e, portanto, um dos focos originários da presente situação econômica. Desta forma, uma correta compreensão dos aspectos essenciais do problema agrário e a consequente formulação de uma plataforma mínima de ação unitária se impõe como tarefa de extraordinária importância.

Neste quadro, como caracterizar sinteticamente os traços essenciais do problema agrário brasileiro? Parece não restar dúvida que o elemento marcante dos últimos quinze anos foi a aceleração do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Tal desenvolvimento deu-se sem uma alteração significativa da estrutura de propriedade e uso da terra, ou seja, não houve um processo de fragmentação dos latifúndios como setor e sua transformação em propriedades de tamanho médio, as quais serviriam de foco irradiador do avanço das forças produtivas. Em outras palavras, para que parcela significativa do latifúndio se modernizasse, se mecanizasse (expulsando mão-de-obra), se integrasse com indústrias alimentícias e se associasse às multinacionais atuando no setor agrícola, não foi necessário ao capitalismo brasileiro realizar uma reforma agrária burguesa.

A outra face do desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi a permanência de um setor de latifúndios atrasados, semi-capitalista e, em estreita relação com este, a permanência e o aumento do peso relativo dos

minifúndios (consolidando o denominado complexo latifúndio-minifúndio). A manutenção dos latifúndios semi-capitalistas só se fez possível pela existência vizinha dos bolsões de minifúndios, que se constituíram em elementos indispensáveis à lucratividade e à sobrevivência dos latifúndios, seja através da oferta de mão-de-obra barata, seja através de relações de compra e venda extremamente desfavoráveis.

Setor capitalista moderno (agricultura empresarial), como dizem os técnicos da ditadura) e complexo latifúndio-minifúndio, estes são os dois polos básicos da atual agricultura brasileira, que se completam com os agricultores médios, familiares ou não, representando um setor bastante dinâmico das atividades agropecuárias. Para completar o quadro, deve ser recordado que tal tipo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura se deu em forma desigual em termos espaciais, mantendo e agravando os desequilíbrios regionais, e aumentando a miséria de grandes setores das massas camponesas nas regiões marginalizadas.

## A PROPOSTA

O PCB considera que o instrumento fundamental para a superação deste modelo de desenvolvimento da agricultura é ainda uma reforma agrária integral. Mas que tipo de reforma agrária? Tudo parece indicar que nas áreas modernas, capitalistas, a reforma agrária já não poderia assumir a forma geral de uma divisão indiscriminada da terra, pois isto representaria um retrocesso das relações de produção que só condições políticas excepcionais poderiam justificar. Neste setor, a reforma agrária deveria levar à formação de assentamentos multifamiliares ou de cooperativas de produção com o objetivo de garantir trabalho permanente aos camponeses, sem que para isso as terras fossem divididas em unidades familiares, por exemplo. Contudo, nas regiões onde predomine o latifúndio improdutivo ou atrasado do ponto de vista capitalista, e onde o complexo minifúndio-latifúndio ainda exista, aí uma reforma agrária do tipo "à terra a quem nela trabalha", com criação de unidades familiares, é ainda indicada, pois «saltar» a etapa de divisão de terras poderia levar à criação de sérios problemas de caráter político e econômico. Isso porque os minifundistas e pequenos proprietários não capitalistas dificilmente se adaptariam, em forma imediata, a formas superiores de organização econômica e social da unidade produtiva agrícola. Finalmente, outro aspecto essencial da reforma agrária seria a garantia e a regulamentação da posse da terra a milhões de camponeses ameaçados de expulsão das terras que desbravaram e cultivam.

De qualquer forma, é necessário analisar a experiência da realização de reforma agrária, principalmente na América Latina, que

mostra que, sem ativa participação dos camponeses seja na formulação das Leis de Reforma Agrária, seja na sua aplicação e realização prática, a reforma agrária não tem condições de êxito continuado. Ou seja, reforma agrária não pode ser feita «de cima», somente pelos teóricos de questão agrária ou por forças políticas urbanas. Quando a reforma agrária é realizada de cima para baixo, sem participação ativa dos camponeses e de suas organizações de classe, ela leva a que seus resultados sejam bem distantes daqueles inicialmente desejados pelos teóricos.

Desta forma, a mobilização e organização dos camponeses em defesa de seus interesses específicos e na luta contra as políticas da ditadura militar que os afetam negativamente assumem, mais do que nunca, importância primordial. Assim mobilização e organização dos camponeses devem ser realizadas em conjunto com as forças aliadas que também atuam no campo, com o objetivo último de chegar-se à elaboração de um programa agrário a ser incluído no programa econômico alternativo ao modelo econômico da ditadura militar.

O PCB, a partir do reconhecimento da complexidade do tema, e sem pretensão de tê-lo esgotado, considera que alguns pontos deste programa agrário unitário das forças democráticas e anti-imperialistas poderiam ser os seguintes:

- nova política de expansão da fronteira agrícola: fim da política de incentivos fiscais que beneficia somente aos grandes monopólios nacionais e estrangeiros;
- defesa dos direitos dos posseiros e nova política de concessão de terras por parte do INCRA;
- fim da política de subsídios e mecanização indiferenciada;
- maior atenção ao setor da agricultura que produz para o mercado interno e consequente redução dos subsídios exagerados ao setor de exportação;
- alteração da política creditícia em benefício dos minifundistas e dos pequenos agricultores;
- direito ao trabalho e garantias trabalhistas aos trabalhadores volantes;
- maior intervenção do Estado na comercialização de produtos agropecuários, visando a eliminar a ação de setores especulativos dos intermediários;
- programa permanente de obras públicas (intensivo em mão-de-obra) com o objetivo de absorver o desemprego estrutural e estacional da mão-de-obra rural;
- redução do fluxo migratório rural-urbano, fundamentalmente através de uma política que busque sempre utilizar técnicas de produção intensivas em mão-de-obra, desde que indicadas do ponto de vista econômico e social;
- apoio e liberdade de ação para as organizações de classe dos camponeses: tais como sindicatos e Federações de Trabalhadores Rurais, a nível estadual e nacional;
- participação das organizações dos camponeses na elaboração da política para o setor agrário e 1) reforma agrária integral.

Edmundo Cerejo

Entrevista: Gregório Bezerra

# «Chega de opressão e tirania!»

**VO** — Em sua opinião, que relação existe entre as lutas atuais das massas pobres do campo e as duras batalhas sociais e políticas nas quais você, militante comunista, teve um papel relevante?

**GB** — Em minha opinião, as lutas atuais das massas trabalhadoras do campo, eternamente oprimidas, exploradas e perseguidas pelo patronato rural, são o prolongamento das batalhas que travamos no passado, das quais participei com o máximo entusiasmo, cumprindo fielmente a orientação posta em prática pelo nosso Partido, desde a sua fundação, em 25 de março de 1922.

Essa luta vem se agravando dia a dia, desde o golpe da gorilagem militar, em 1º de abril de 1964, quando a ditadura desfechou uma repressão das mais violentas contra o movimento operário e camponês, prendeu e torturou cruelmente muitos de seus líderes, condenando-os a longos anos de prisão. Outros foram mortos clandestinamente, e muitos estão desaparecidos até hoje. Os militares passaram a controlar tudo e todos. O terrorismo tomou conta do País, e as liberdades populares, os direitos humanos, a lei e a verdade foram transformados em ódio e vingança contra as massas trabalhadoras das cidades e do campo. E quando os patriotas e humanistas da Igreja Católica correm em amparo às vítimas indefesas, são presos, torturados e assassinados pelas forças repressoras da ditadura fascista.

Urge deter o banditismo deste regime, que infelicitou a maioria do nosso povo. Chega de opressão e tirania! Chega de torturas e mortes de presos políticos! Chega de despejos criminosos e de matanças de posseiros! Chega de matanças de índios e de assassinatos de padres! Saibamos unir e organizar as massas trabalhadoras do campo e da cidade para, junto com todas as forças democráticas e progressistas, derrubar a ditadura fascista que tiraniza nosso povo!

**VO** — A revolta que parte das camadas sociais do mundo camponês recolta, com mais força do que nunca, o problema da reforma agrária. Em sua opinião, de que forma as massas trabalhadoras do campo poderiam usufruir dos resultados de seu trabalho e alcançar condições mínimas de vida, além de possibilidades reais de liberdade e progresso social?

**GB** — As massas camponesas só poderão desfrutar tranquilamente o produto do seu trabalho, e viver sossegadas, quando conquistarem a reforma agrária radical, na lei ou na «marra». Isto só será possível através da aliança operário-camponesa, apoiada por todas as forças democráticas e progressistas. Inclusive o clero brasileiro, que já está profundamente enajado nesta tarefa muito dura, sem dúvida, porém humana e patriótica.

Quando os gorilas assaltaram o poder, um dos seus primeiros atos foi anular o decreto de Jango sobre a reforma agrária mas,

ao mesmo tempo, transformado em bandeira demagógica uma «reforma agrária» de sua invenção, pois não poderiam deixar de tomar em conta as conquistas da massa camponesa naquela época.

A «reforma agrária» da ditadura resultou na entrega das melhores e mais ricas terras aos latifundiários, aos grileiros e aos poderosos grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros, em prejuízo dos posseiros, dos seringueiros, dos pequenos proprietários que habitavam nessas áreas há dezenas e dezenas de anos antes. Agora, brutalmente despejados e abandonados desumanamente em estradas desertas, longe das cidades, esta gente vai aumentar o gigantesco exército de bóias-frias que só têm direito à fome e à miséria.

Os que tentaram resistir foram esmagados por tropas do exército e da polícia, transformados hoje em capangas-do-mato a serviço dos poderosos.

Esta foi a «reforma agrária» da ditadura. Como alternativa a esta farsa, propomos a verdadeira reforma agrária, pela qual aspiram e lutam os camponeses sem terra, os pequenos proprietários, todas as camadas democráticas e progressistas de nosso povo, que amam a liberdade, e lutam por uma pátria verdadeiramente livre e poderosa, apoiada na soberania de seu povo.

**VO** — A propósito da ascensão de um movimento de opinião pública em nosso País contra o regime fascista atual, nos ocorre a Declaração que você fez no momento em que sua libertação foi obtida à custa do sequestro de um embaixador. Ela ainda tem validade nos dias de hoje?

**GB** — Confirmo integralmente aquela declaração de princípio que fiz à imprensa no momento da minha libertação. E considero-a inteiramente válida para os dias atuais; uma forma de confirmação da justiça de nossas posições partidárias onde nunca conciliamos com o aventureirismo. E eu posso repeti-la, para que os que não a conhecem possam julgá-la.

«Soube da inclusão do meu nome no rol dos presos políticos que devem ser libertados em troca da entrega, vivo, do embaixador norte-americano, pelo rádio. Estou preso há mais de cinco anos, sem contato com ninguém, a não ser com meus familiares. Por uma questão de princípio, devo declarar que, embora aceitando a libertação, nessas circunstâncias, discordo das ações isoladas, que nada adiantarão ao desenvolvimento do processo revolucionário e que somente servirão de pretexto para agravar ainda mais a vida do povo brasileiro e de motivação para maiores crimes contra todos os patriotas.

Respeito o ponto de vista daqueles que impuseram à ditadura a forma de libertar números revolucionários, que sofrem nos cárceres do atual regime militarista, mas mantenho firme na convicção de que somente a união de todas as classes e camadas

sociais, não comprometidas com a ditadura entreguista, é que decidirá a instauração no Brasil de um regime de plena liberdade, de livre desenvolvimento econômico, de paz e de nacionalismo. Só o proletariado, o campesinato, as forças organizadas da classe média urbana, os estudantes, os intelectuais, o clero progressista, as camadas da burguesia nacional, espoliadas pelos trustes internacionais, e setores esclarecidos das Forças Armadas que se opõem à atual ditadura, serão capazes, unidos, de implantar no Brasil um verdadeiro regime democrático.

«Aceitando a minha libertação, faço questão de declarar que não abdicarei jamais dos princípios marxistas-leninistas que orientam a luta do povo contra as forças do imperialismo e da reação. Mesmo longe do Brasil, farei tudo para participar da luta do nosso povo por sua final libertação.

Não quero que minha atitude, nesta hora, ponha em risco a vida dos demais presos políticos, a serem libertados. Nem desejo, como humanista que sou, o sacrifício desnecessário de qualquer indivíduo, ainda que seja o embaixador da maior potência imperialista da história.

Luto por princípio, contra o sistema de forças. Não luto individualmente contra pessoas individualmente. Só acredito na violência da massa contra a violência da reação.

Esta é a declaração que julgo dever fazer, no momento em que me preparo para deixar a minha pátria. Viva o povo brasileiro! «Recife, 6 de setembro de 1969».

**VO** — Em dezembro de 1975, realizou-se, na mais dura clandestinidade, uma reunião do CC do PCB, na qual você foi promovido a membro do Comitê Central. Como você recebeu a medida?

**GB** — Respondo a esta pergunta com a mesma naturalidade com que recebi a comunicação do Comitê Central, transmitida pelo camarada Prestes, Secretário-Geral do nosso Partido.

Foi uma honra para mim, e uma surpresa ao mesmo tempo. Nunca esperei participar da direção nacional do PCB e jamais disputei cargos neste nível. Disputai sim, encargos, mesmo nas direções estaduais onde sempre atuei.

Minha preocupação nas fileiras do Partido foi a de sempre fazer o possível para aplicar corretamente a sua linha política no seio das grandes massas populares das cidades e do campo. Além disso, sempre entendi que ser membro do CC era e é uma tarefa muito árdua e difícil para mim, não só devido às minhas limitações que são grandes, mas também porque já me sinto muito «usado» pelo tempo. Todavia, ajudado pelo coletivo partidário, farei o possível para dar conta do recado, principalmente nesta hora em que a situação crítica no campo exige de nosso Partido, e de cada comunista isoladamente, o máximo de sacrifícios e de iniciativa no sentido de unir e organizar as massas na luta por uma verdadeira reforma agrária.

## Ilusões e possibilidades da administração Carter

— «O Sr. acredita em mudança das relações Brasil/EUA depois da posse de Carter?»

— O Brasil ficou impressionado com a retórica eleitoral de Carter e sua ameaça de cortar a ajuda econômica para países que não respeitem os Direitos Humanos, Direitos Humanos, tal como o entendemos nos Estados Unidos, existe em poucos países do mundo e sua defesa intransigente pode levar Carter a uma posição idealista que será logo abandonada. Cyrus Vance, o novo Secretário de Estado, é um homem do establishment que não vai trabalhar com pessoas que fazem grande estardalhaço, capazes de comprometer as relações entre Estados Unidos e outros países.

A pergunta e a resposta acima reproduzidas são parte de uma entrevista que o professor W. Baer, da Universidade de Illinois, e decano dos brazilianistas norte-americanos, concedeu ao JB em 16/1. Ali se fala de recessão, dívida externa e outros assuntos que começam a fazer parte do dia-a-dia do povo brasileiro, e nos revelam algumas questões fundamentais que suscitam a ascensão de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos.

Da saída, a impossibilidade de ocultar uma das mais objetivas contradições do decantado regime «democrático» do «grande irmão do norte» tão a gosto da grande burguesia e de seus meios de informação em todas as partes do mundo onde ainda dominam. É a que opõe o crescimento da importância da opinião pública do País — desludida com as sucessivas derrotas que vêm sendo impostas à política intervencionista de seu governo — aos interesses do establishment.

O que se vê, então? A «democrática» escolha, por parte dos dirigentes dos setores

monopolistas da economia, de um nome que possa impedir — através de sua imagem comparável à do cidadão médio, capaz de liderar uma campanha eleitoral feita em termos demagógicos na medida em que toma como eixo os anseios maiores das grandes massas — o surgimento de um representante mais autêntico e consequente das correntes que realmente possam pôr em risco o establishment.

Ou seja, a manipulação dos meios de comunicação já não tem o poder do período da guerra-fria em que grande parcela do povo foi confundida pelo macartismo: Hoje não há possibilidade de apoio popular para uma ação semelhante à do Vietname, e nem de se colocar na Secretaria de Defesa um nome que negue abertamente a aceitação dos princípios da détente. Enfim, a opinião pública americana de nossos dias já obriga o governo, e principalmente as forças econômicas monopolísticas que ele realmente representa, a ter em conta os seus anseios específicos. E é o próprio universitário entrevistado quem diz nas entrelinhas: isto agora ainda é possível resolver a nível de campanha eleitoral. Em termos concretos: uma medida reformista aqui, um embaixador negro para se ocupar dos assuntos da ONU, mais ali, são suficientes. Mas até quando se poderá dizer que a opinião pública se manterá nestes limites? McGovern (que visitou Cuba e teve contatos cordiais com Fidel) era utopia há cinco anos. Hoje, a saída Carter não cremos necessário repetir tudo o que já foi contado sobre a célebre Comissão Trilateral, de onde ele saiu) se impôs para que os Rockefeller da vida não tivessem que se defrontar com uma «utopia» transformada em realidade.

Mas há ainda um outro ponto a destacar na resposta do professor Baer: «... e sua ameaça de cortar a ajuda econômica para

os países que não respeitem os Direitos Humanos».

É uma afirmativa que merece ser ressaltada porque mostra exatamente o que acontece com a imagem do Brasil em termos internacionais, e que o JB deixa passar (ato-falho ou acomodação à realidade?). Somos hoje um País visto não por aquilo que a ditadura tentava apregoar nos tempos do «milagre» — a potência emergente —, mas sim uma nação humilhada por uma comparação que a faz ser citada sempre que se tem que falar em Chile, África do Sul, Paraguai e Uruguai. Sempre que se tem que falar de regimes de opressão que fazem do sequestro, tortura e assassinato de democratas um método de poder.

O que foi dito anteriormente não pode ser considerado, no entanto, uma orientação para que se assumam uma posição de passividade ou negativa total de abertura de novas possibilidades com a mudança de governo nos EUA. Isto seria não ter em conta a opinião pública americana que é já forte e suficiente para obrigar seus representantes no Parlamento a pressionarem os atos do Executivo num sentido positivo. Portanto, nossa participação primeira deve ser — e que isso fique bem claro — a de ampliar e estreitar o contato entre a luta antifascista de nosso País com os setores democratas e progressistas da opinião pública norte-americana, sem maiores ilusões sobre os novos rumos da nova administração estadunidense.

É o caso, por exemplo, da pressão do governo americano contra o acordo nuclear Brasil-RFA. É claro que no fundamental está a competição inter-imperialista. Mas não é de se desprezar a necessidade de satisfazer a opinião pública norte-americana aterrorizada com o crescimento do arsenal nuclear mundial. E de cujo acervo querem participar o Brasil e a RFA (usando o nosso País como escudo para desprestigiar acordos internacionais que a proibem). Vale recorrer ao editorial de O Globo de 4/2 (O Dedo Mercenário) em que constatamos os «patrióticos» esforços deste reconhecido e respeitado órgão de imprensa em condenar os que põem em questão o acordo Brasil-RFA.

A história contemporânea de nosso povo mostra que, na quase totalidade, o que interessa aos Marinheiros não interessa à Nação.

## FRELIMO: agora, um partido marxista-leninista

«Criar o partido marxista-leninista, instrumento indispensável à edificação da democracia popular, e aprovar as diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do País nos próximos cinco anos, tais foram os pontos principais do III Congresso da FRELIMO, que se realizou em Maputo, entre 3 e 7 de fevereiro.

Há também a destacar o relatório do camarada Samora Machel, reconduzido à presidência do Partido e à chefia do Estado, com as abundantes experiências práticas, assim como as importantes conclusões teóricas sobre os problemas da frente única ao longo da luta de libertação. Principalmente no que concerne ao isolamento dos elementos oportunistas sem prejuízo para a base de massas do movimento. O PCB esteve presente ao Congresso, representado por uma delegação de seu Comitê Central.

## A libertação de Maidana e outros dirigentes do PCP

A solidariedade internacional mostrou uma vez mais a importância de sua ação. Antonio Maidana, presidente do Partido Comunista Paraguai, assim como Julio Rojas e Alfredo Alcorta, membros de seu Comitê Central, presos há mais de vinte anos, foram libertados dos cárceres do ditador Stroessner. Foi também libertada a companheira Gilberta Verdun que, aos 65 anos de idade, completava nove de prisão.

Todos foram torturados. Todos conheceram, durante esse longo período, um calvário de humilhações e sofrimentos, dos quais não estavam livres os seus familiares. Mas isto terminou. Hoje, o PCP encontra um alento a mais na sua heróica luta que por fim ao regime de terror e corrupção hoje existente no Paraguai. O Partido Comunista Brasileiro, que nunca se furtou à solidariedade com o Partido irmão, manifesta sua mais profunda alegria com essa libertação.

## Estudantes

# Movimento universitário: continuar o combate reforçando a unidade

O balanço de sua atividade em 1976 mostra que o movimento universitário, confirmando-se como setor fundamental da frente democrática, continua a acumular forças e vai ganhando fôlego para dar passos decisivos na luta contra a ditadura e sua política educacional.

São passos no caminho da unidade e da reconstrução e consolidação da estrutura de organização do movimento, em torno de plataformas de luta de alcance cada vez maior.

Nosso Partido tem procurado destacar o que há de novo e mais importante no processo de luta contra a ditadura fascista. Este elemento é a reanimação continuada e crescente do movimento de massas, a intensificação da luta política pela democracia. Elemento novo não porque tenha acabado de surgir, mas na medida em que se confirma como eixo de manifestação da contradição básica da sociedade brasileira no período atual — a contradição entre o povo e o regime de opressão.

A Universidade, verdadeiro termômetro da situação política, objetiva e subjetiva, das camadas médias urbanas, se mobiliza, apoiada numa trama enorme de entidades de todo tipo (mas ainda insuficientes) na busca de soluções para sua crise. E esta busca choca-se com a própria existência do regime. A ditadura agravou os problemas já antigos do ensino superior. Sua «política educacional» é uma política de restrições, restrições materiais, culturais, institucionais, ideológicas e, principalmente, políticas.

É uma política sobretudo policial: a Universidade é encarada, antes de mais nada, como um território de oposição, coisa que ela de fato é. As propostas específicas do regime para o ensino superior são condicionadas por uma realidade maior: a doutrina dita de segurança nacional. E essas mesmas propostas não passam de tentativas de adaptação da Universidade ao «modelo» econômico e social imposto pela ditadura. O atual Ministro da Educação não faz mais do que bater nas mesmas teclas — e personificar a degradação dum cargo que foi, um dia, ocupado por Darcy Ribeiro.

Alternativas parciais a esta política se esboçam a cada dia, não nos laboratórios do poder, mas na prática da vida universitária. Do debate democrático, na medida em que ele se for realizando, nascerá o projeto de política educacional capaz de refletir os interesses e aspirações da maioria dos brasileiros.

O movimento universitário foi derrotado em 1968: sua derrota foi um dos componentes da derrota do movimento popular e de-

mocrático. A repressão contra ele mudou, então, de qualidade, embora apresentando as mesmas modalidades empregadas desde 1964: repressão contra os estudantes e suas lideranças, repressão pela legislação de exceção (todo um cortejo liderado pelo Decreto 477), repressão que atinge estudantes e professores acusados de «subversão».

O grande saldo negativo deste período foi a fratura da estrutura de organização do movimento universitário. E outros fatores contribuíram para o quadro de dificuldades que vigorou sobretudo nos dois primeiros anos do ditador Médici no poder: lideranças que abandonaram o movimento em troca de chamada «ação direta» ou simplesmente se recolheram à passividade, intimidação e apatia das massas, o conjunto dos professores oscilando entre o temor e a ilusão numa suposta «modernização» que passava ao largo da participação estudantil, quando não tendia a se manifesta contra ela.

Uma proposta política de resistência, porém, fez parte da realidade universitária desde o dia seguinte ao da edição do AI-5. Apoiando-se nas unidades básicas de agregação dos estudantes, as salas de aula, cuja eliminação é impossível sem a eliminação da própria Universidade, partindo das reivindicações e interesses mais sentidos — logo, mais unificadores — das massas, colocando como prioridade a **resistência da Universidade como um todo à escalada fascista**, esta proposta foi o fio condutor da luta universitária durante o conturbado e difícil período que vai até o início de 1972, quando os sintomas de reanimação se tornaram evidentes.

Não há, hoje, várias políticas em curso no movimento democrático universitário. Há uma só. Melhor ou pior compreendida. Aplicada com mais ou menos consequência. Política de unidade em torno das questões básicas, da democracia às reivindicações específicas, para isolar a ditadura e a provocação (como se viu no repúdio à tentativa de adoção, como posição «oficial» do movimento universitário, da proposição do voto nulo nas eleições municipais de 1976). Política que educa, mediante seu exercício coletivo e a reflexão a que ele dá origem, os mais despreparados e ingênuos, os que tendem ao aventureirismo, ao golpismo e ao cupulismo.

Política que abrange, orientando-as, as atividades dos corpos discentes e docentes, estes, por motivos que são antes de tudo políticos e sociais, cada vez mais próximos daqueles.

A Universidade, em sua trajetória histó-

ca, viu essa política ser imposta pelos interesses das massas estudantis. Política unitária e democrática, mais inteligente, mais eficaz, mais revolucionária que o antigo golpismo dominante, e capaz de ser sempre mais compatível com as necessidades, as possibilidades e a consciência coletiva dos tempos que vivemos.

Pela primeira vez, desde 1969, manifestam-se as condições objetivas e subjetivas para que as massas universitárias empreendam concretamente a reorganização de seu movimento em nível mais elevado. O divisor de águas, neste sentido, é a reabertura dos Diretórios Acadêmicos ainda fechados, especialmente os das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro. Divisor de águas porque catalisador de todo o processo.

O caminho das representações de turmas e cadeiras, e nos órgãos colegiados, vem sendo sabiamente percorrido e está se consolidando, tanto nas escolas onde os Diretórios estão fechados como nas demais. E este é um dado fundamental, pois depende da participação maciça dos estudantes.

O balanço de 1976 mostra que, em todo o País, as discussões e as lutas ampliam-se das questões de cada turma ou cadeira para a esfera dos problemas curriculares de cada faculdade, conjunto de faculdades, universidade e ramo de ensino. A luta por melhores condições de estudo (notadamente em torno aos problemas dos restaurantes e hospitais universitários) generaliza-se e assume formas mais eficazes. Para estas lutas, e para as lutas gerais contra o regime (contra os atentados aos direitos da pessoa humana, pela liberdade de criação e manifestação do pensamento, na participação nos processos eleitorais), as massas precisarão recuperar seus instrumentos, e compreenderem isto de forma cada vez mais clara: trata-se de soldar a unidade e dar continuidade ao combate.

Os professores, por seu turno, parecem ter superado sua confusão política do período posterior ao AI-5. A tendência política do conjunto dos professores é sempre mais difícil de avaliar, porque eles são quase totalmente desprovidos de entidades de associação e representação que tenham funcionamento efetivo. Além disso, a composição política e ideológica dos corpos docentes é incomparavelmente mais heterogênea que a dos corpos discentes. Mas há indicadores que permitem constatar esta mudança, como reuniões de estudantes e professores em que as propostas de reformulação são aprovadas por unanimidade — fatos cada vez menos raros. Na verdade, se a dinâmica de transferência da função repressora aos professores, explícita em toda a legislação de exceção para a Universidade, não conseguiu antagonizá-los, estudantes e professores, em sua grande maioria, puderam superar os obstáculos mais difíceis para a realização de sua unidade em torno dos interesses comuns ao conjunto da Universidade.

O movimento universitário, evidentemente, não pode transcender os limites da correlação geral de forças no País. Mas pode, e caminha nesta direção, conquistar mais espaços. Garantindo, com o peso da mobilização unitária das massas, os espaços já — paciente, maduramente — conquistados.

Mulher

# Dia Internacional da Mulher: importante jornada de lutas

No dia 8 de março, o movimento revolucionário e democrático do mundo inteiro comemora mais um Dia Internacional da Mulher. Esta data foi instituída em 1910 por proposta de Clara Zetkin, durante a Conferência de Mulheres Socialistas, celebrada naquele ano em Copenhague. E foi escolhida em homenagem a uma manifestação organizada em 1857 pelas trabalhadoras de confecção, em Nova Iorque, para pedir salários decentes e jornada de 10 horas diárias. A manifestação foi alvo de selvagem ataque da polícia.

De 1910 a 1977 muita água rolou sob a ponte.

As mulheres que ontem davam sua vida por uma jornada mínima de 10 horas diárias, hoje podem também oferecê-la pela elevação de sua cultura e nível profissional, para que a sociedade desempenhe um papel muito mais efetivo no cuidado com a criança; pelo divórcio; pelo direito à legalização do aborto; por uma educação sexual desde os primeiros anos escolares; contra a utilização de sua imagem como objeto erótico, pelo seu florescimento como ser humano. Enfim, pela sua dignidade plena, num mundo livre da opressão do homem pelo homem.

A mulher, neste final de século XX, tomou conhecimento de sua mal condição dentro da sociedade e luta, a partir daí, por sua plena igualdade com o homem. Esta é a razão principal porque o Dia Internacional da Mulher, em 1977, foi comemorado com a problemática da mulher posta em questão em muitos países do mundo. E com a necessidade de resolvê-la, colocada em pauta de modo destacado, entre as importantes questões que a humanidade deve, atualmente, encaminhar e resolver. É um assunto a que não podemos fechar os olhos, mesmo se avaliarmos as conquistas já alcançadas neste terreno em muitas partes do mundo e, em primeiro lugar, nos países socialistas.

Também neste contexto teriam que ocorrer as comemorações do 8 de março em nosso

País. Também, aqui, toma-se consciência e discute-se criticamente a condição da mulher brasileira e os problemas agudos que sugere e que devem ser resolvidos.

O fato é que, apesar das transformações econômicas ocorridas no País, da modernização dos costumes, da relativa elevação do nível cultural do nosso povo, a mulher, que constitui metade da população, apesar das transformações quantitativas que sofreu em seu modo de vida, em pouco mais de quatro séculos, este permanece, no essencial, inalterado. A mulher continua como a grande marginalizada das decisões mais importantes de caráter político, social e econômico ocorridas em nossa sociedade. Continua discriminada em seus mais elementares direitos, e ocupando um lugar de segunda categoria em comparação com o homem no trabalho, na família, e na sociedade em geral.

Essa exploração e discriminação, que já eram conhecidas, até mesmo no seio das tribos indígenas na época da descoberta do Brasil, ganharam contornos mais fortes durante o período colonial e monárquico, para adquirir seu auge na medida em que o País foi se transformando numa grande nação de economia agrário-industrial. Hoje, quando podemos afirmar que a propriedade capitalista dos meios de produção tomou-se entre nós a forma predominante de propriedade, a opressão e exploração da mulher, o grau de discriminação a que está submetida não encontra paralelo em nenhum período anterior de nossa história.

O direito ao trabalho lhe é sonogado ao máximo, seja por falta de preparo técnico-profissional, seja por falta de serviços sociais que se ocupem de seus filhos e afazeres domésticos enquanto ela exerce uma função remunerada.

As que conseguem trabalhar, o fazem nas profissões menos dinâmicas e que exigem menor qualificação, e que, portanto, são menos valorizadas do ponto

de vista salarial (empregadas domésticas, trabalhadoras de enxada, professoras primárias, enfermeiras etc.). Recebem por trabalho igual um salário inferior e, no campo, não recebem salário algum. O caráter auxiliar do trabalho feminino e a utilização da mão-de-obra da mulher como exército de reserva, que flutua segundo as crises econômicas do capitalismo, dão, por sua vez, margem a numerosas outras formas complementares de exploração salarial.

As condições de trabalho da mulher são também extremamente difíceis. Elas efetuam trabalhos exaustivos, em instalações inadequadas e em jornadas que muitas vezes ultrapassam o que está estipulado na lei.

O direito à maternidade, como função social, praticamente lhe é negado, já que são dispensadas do cargo que ocupam assim que a gravidez se torna visível.

Na família, elas arcam com a dupla jornada de trabalho, isto é, o trabalho doméstico que se soma ao profissional e pelo qual não recebem nada. Um trabalho que não é considerado como tal, muito embora transforme o salário do chefe de família em bens e serviços necessários à sobrevivência dos que compõem o quadro familiar. Sem esse trabalho estafante e embrutecedor, seria impossível manter a família apenas com o salário do seu chefe.

Numerosos instrumentos de opressão (a educação familiar e escolar, os meios de comunicação de massas e a própria legislação brasileira) buscam convencer a sociedade de que essa opressão, discriminação e exploração da mulher são coisas «naturais» à condição feminina. E, como tais, são eternas.

O golpe militar de 1964 e a consequente fascistização da vida brasileira em anos posteriores agravaram ainda mais a condição da mulher.

Agora, ao lado de novas medidas econômicas (archo salarial, desemprego, intensificação do ritmo de trabalho, horas extras, instabilidade no emprego

etc.) foi implantado um regime de total falta de liberdades, que cria sérios obstáculos à mulher e a todo o povo trabalhador no que concerne à sua organização, realização de ações de massa para discutir e encaminhar a solução de seus problemas, cuja gama cresce e se diversifica cada vez mais. Em relação à mulher, estes problemas começam por exigências de melhores condições de vida e de trabalho e vão até a necessidade de uma legislação moderna que liquide com aberrações como a proibição do aborto, a manutenção da indissolubilidade do matrimônio, a prisão da mulher por crime de adultério, a anulação do casamento se o mando constatar que a mulher não era virgem etc...

Conscientes de tal situação, e compreendendo cada vez mais a importância do papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade brasileira, os comunistas comemoraram mais um Dia Internacional da Mulher desenvolvendo esforços para pesquisar, estudar e conhecer o conjunto de assuntos que envolve a sua condição. E mais: buscando soluções adequadas que levem à uma transformação radical nesse terreno. Finalmente, esforçando-se para que todas as forças progressistas incorporem em seus programas de luta e de ação a bandeira da igualdade dos direitos da mulher. E, indo mais além, numa visão estratégica do momento que vivemos, os comunistas indicaram a necessidade de incorporar as milhões de mulheres brasileiras ao processo político em curso, como condição indispensável ao êxito da luta para enfrentar e derrotar a ditadura. Mas, sem esquecer o outro lado da questão: a importância de que as mulheres compreendam que suas reivindicações específicas, para serem vitoriosas, devem confluir com a batalha geral de todo o povo. Elas só serão suficientemente fortes se fundirem seu próprio combate com o combate de todos os brasileiros pelas liberdades democráticas, pelo progresso e emancipação nacional.